



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 11 /2018

**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA
NO DIA 24 DE ABRIL DE 2018**

MEMBROS PRESENTES:

Presidente Dr. José António Gomes de Jesus
Vereadora Eng.ª Fátima Carla Dias Antunes
Vereador Joaquim da Silva Mendes dos Santos
Vereador Pedro Luís de Jesus Ferreira Adão
Vereador Miguel Cláudio Torres Bruno
Vereador Eng.º Júlio Daniel Maneira Marques Rodrigues
Vereadora Dr.ª Sofia Alexandra Fraga Simões Ferreira

MEMBROS QUE FALTARAM:

---- Aos vinte e quatro dias do mês de abril, nesta cidade de Tondela, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a *reunião ordinária pública* da Câmara Municipal de Tondela, sob a presidência do senhor presidente da Câmara Municipal, Dr. José António Gomes de Jesus, estando presentes os senhores vereadores: Eng.ª Fátima Carla Dias Antunes, Joaquim da Silva Mendes dos Santos, Pedro Luís de Jesus Ferreira Adão, Miguel Cláudio Torres Bruno, Eng.ª Júlio Daniel Maneira Marques Rodrigues e Dr.ª Sofia Alexandra Fraga Simões Ferreira.-----

---- A reunião foi secretariada por Maria Isabel Cabral Estrela.-----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando haver “quorum” para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o senhor presidente declarou aberta a reunião.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O senhor vereador Joaquim Santos tomou da palavra com a intervenção que se transcreve:-----

---- “A requalificação do IP3 -----

---- A ligação rodoviária Viseu-Coimbra, mais conhecida por IP3, tem sido, ao longo dos seus quase 30 anos de vida, objeto de obras de reabilitação e, infelizmente, palco de ampla sinistralidade que causou inúmeras vítimas, bastantes delas mortais.-----

---- Não pretendemos fazer mais considerações sobre o passado, mas que sirva de lição para o futuro.-----

---- Para os que fizeram desta ligação e nos últimos meses, uma insígnia de luta partidária, enquanto sacudiam quaisquer responsabilidades, que foi de todos os que passaram pelos sucessivos governos, vão ter de encontrar outro calendário, porque este, felizmente, chegou a fim.-----

---- A negociação da prioridade das obras no IP3, embora arredada do domínio público, não estava esquecida.-----

---- O presidente do Conselho das Regiões, autarca de Mangualde, o presidente da CIM Viseu Dão Lafões, o presidente da CIM Coimbra e a presidente da CCDR-C têm vindo, de certa forma, nos últimos 24 meses, a desenvolver conversações com o atual Governo para se encontrar uma solução que coloque um ponto final, que seja viável e de agrado de todos que estiveram nesta luta de boa-fé, arredando aqueles que fizeram do IP3 uma desprezível arma de arremesso político.-----

---- Esta negociação culminou na passada 6.ª feira, dia 20 de abril de 2018, com uma reunião que envolveu o ministro das Infraestruturas, Pedro Marques, que informou qual a opção, de entre três, aquela que é economicamente mais viável e preferida pelo Governo e que será efetuada exclusivamente com recurso a financiamento público.

---- É com muita satisfação que os vereadores do PS acolhem esta decisão, que será unânime do Conselho de Ministros, convidando todos a que a ela se associem e que prevê a requalificação da ligação Viseu-Coimbra, que passará pela implementação de faixa dupla nos dois sentidos em 85%, três faixas de rodagem em 13% e uma faixa em cada sentido nos restantes 2% do seu itinerário, devido às condicionantes do atual traçado.-----

---- Esta decisão do Governo do Partido Socialista que será, oficial e publicamente, anunciada, vai custar cerca de 130 milhões de euros e não trará custos para os utentes, ao contrário do que alguns defendiam, não se importando com as enormes consequências financeiras para aqueles milhares de condutores que, diariamente, percorrem, em todo ou em parte, esta via, a caminho ou no regresso do seu trabalho.-----

---- O Governo não está a fazer um favor, mas a fazer justiça a uma região que tem sido massacrada pelas condições deste itinerário, enquanto faz prova de uma das suas grandes prioridades – o interior do País.-----

---- Congratulemo-nos por isto!”-----

---- O senhor presidente da Câmara respondeu à intervenção do senhor vereador Joaquim Santos, dizendo que a insígnia da luta partidária deve ser uma reflexão. Lembrou todo o percurso efetuado nas negociações mantidas entre os presidentes de câmara da região e o governo. Disse, igualmente, que o acordo agora alcançado não é o ideal, atendendo que 85% do IP3 não terá perfil de autoestrada, mas que irão continuar a lutar até conseguirem que todo o itinerário seja requalificado, a par da defesa de alternativas de raiz, onde não foi possível transformar o IP3 em via dupla/cada sentido. Disse também que espera pelo projeto para verificar o planeamento dos investimentos, o cronograma e a execução da obra.-----

---- O senhor presidente, de seguida, efetuou uma intervenção que se transcreve:-----

---- “Câmara de Tondela defende um acordo parlamentar assente na definição de cronograma temporal para obras no IP3-----

---- O IP3 Viseu-Coimbra sofreu, ao longo dos seus cerca de 30 anos de existência, uma significativa degradação física e das condições de segurança, uma vez que se trata de um troço com um tráfego diário de quase duas dezenas de milhar de veículos.-----

---- A necessidade de intervenção nesta via vem sendo solicitada por autarcas, instituições regionais e reconhecida pelas várias forças políticas, ao considerarem que se trata de uma obra prioritária em termos de infraestruturas da rede viária.-----

---- Em 2004 foi apresentado o estudo para a nova autoestrada, portajada, que deveria arrancar em 2006 e que previa uma estrada praticamente toda construída de raiz.-----

---- Neste caso tinha sido definido um corredor entre Fail e S. Miguel do Outeiro, nó de Tondela (Molelos), Barreiro de Besteiros/Tourigo (nó de Treixedo), Mortágua – Souselas.-----

---- Na altura em que José Sócrates foi primeiro-ministro, num período entre 2006 e 2009, chegou a ser feito o lançamento da obra, em Mortágua, tendo sido incluídas várias obras acessórias neste projeto (IC12, IC6, IC2, com demais variantes e acessos).-----

---- Esta obra obrigava a um investimento de 1,2 mil milhões de euros, não tendo obtido visto, face à insustentabilidade financeira desta parceria público privada.-----

---- De 2011 a 2015, como bem se recordam tivemos a Troika em Portugal, e só depois da saída deste período, foi desenhada uma solução, de cariz privado e a desenvolver em várias fases.-----

---- Já em 2016, o Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRCC) reuniu em Castelo Branco, tendo sido anunciado pelo ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, a intenção de novos estudos.-----

---- Nesta ocasião, os autarcas defenderam a requalificação integral do IP3, sem prejuízo de poder haver uma autoestrada portajada, numa outra fase.-----

---- Nos últimos dias, vimos com satisfação o anúncio do ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, que corporizou a defesa que vem sendo assumida pelo nosso concelho, levadas a cabo obras no IP3, garantindo a existência de duas vias em cada sentido, com o devido separador central e demais condições que promovam a segurança de todos os que diariamente ali circulam.-----

---- Agora, reconhecendo a importância desta decisão, importa que seja clarificado o cronograma temporal para estas obras e qual o seu faseamento.-----

---- Impõe-se também que esta decisão seja suportada por um acordo parlamentar, para que não seja, de novo, questionada a estratégia por novos governos.-----

---- A par disto, destacamos também a necessidade da assunção da conclusão do IC12, como elemento estrutural do fecho da malha de ligação da A25 e IP3.-----

---- Desejamos o desenvolvimento aprofundado de todas as hipóteses/soluções, que permitam que o nó de Penacova/limite de Mortágua (nó da Lagoa Azul) garanta as duas faixas em cada sentido, com separador central.-----

---- No limite, com a construção de um troço alternativo em perfil de autoestrada.-----

---- Compreendemos que tal possa ser desenvolvido numa fase subsequente à intervenção no IP3.-----

---- Por fim, registamos o empenho de todos os que contribuíram para esta decisão, desde autarcas a movimentos cívicos, à CCDR-C e a todos os que no Governo e na oposição convergiram para esta solução.”-----

---- O senhor vereador Joaquim Santos disse que tal como o presidente da câmara tem vindo ao longo dos tempos defendendo a requalificação daquela via, sem custos para o utilizador, conforme pode comprovar nas atas das assembleias municipais dos mandatos anteriores. Perguntou, se em primeiro lugar não está a segurança da via, o que está previsto no traçado. Não querendo que o mesmo aconteça com a A25, em que o utilizador paga, atendendo que não tem alternativas.-----

---- De seguida, foi efetuada uma análise técnica sobre a requalificação do IP3, onde foi privilegiado a segurança e fluidez do tráfego.-----

PERIODO DA ORDEM DO DIA

1-Votação da ata da reunião ordinária de 10 de abril

---- Colocada à votação a ata da reunião ordinária de 10 de abril, a mesma foi aprovada por unanimidade com uma declaração de voto dos senhores vereadores Joaquim Santos e Eng.º Júlio Rodrigues, que se transcreve:-----

---- “Apesar do voto favorável, e acerca da alteração de redação da ata solicitada pelo senhor presidente da CMT, a quem se reconhece esse direito, e não discordando da alusão que faz e que fez ao ex-Primeiro-ministro José Sócrates, não poderei deixar de rematar, a este propósito, que, ao contrário do que diz mais abaixo, continua mesmo agarrado ao passado, sobretudo àquele que lhe interessa. Mas existem outros retalhos do passado ... o IP3, construído com ajuda comunitária, deveria ser pensado numa lógica de segurança e de futuro, e não foi, porque o primeiro-ministro da altura optou por desperdiçar dinheiro em outras banalidades, tendo sido o seu sucessor, António Guterres, que veio tentar remediar tantos erros na sua construção, a começar pelo piso em betão.-----

---- Esta discussão também existiu, pelo que dela deve ficar registo.-----

---- E também manifesta um esquecimento seletivo do anterior governo, que tanta demagogia fez com a tal Via dos Duques. Deste mal sofrem muitos outros que só agora



acordaram e que, quando estes temas se esgotarem (e este esgotou-se) deveriam encontrar outras formas mais aiosas de fazer política” -----.

--- O senhor presidente frisou que a declaração de voto, não evoca nada sobre a estrutura da ata, que era essencialmente uma posição política sobre a sua intervenção, relatados na mesma. -----

2- Votação da ata da reunião extraordinária de 16 de abril

--- Após uma pequena correção material evocada pelo senhor vereador Joaquim Santos, que todos os membros da câmara anuíram, a ata da reunião extraordinária de 16 de abril foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

- Presidência

3- Informações

--- O senhor presidente informou a Câmara que há a possibilidade do município se candidatar à requalificação de infraestruturas, atingidas pelo incêndio de outubro de 2017, na Zona Industrial de Tondela. Disse, que existe intensão de aprovação da candidatura ao fundo de emergência municipal, mas que a mesma ainda não tem financiamento. Evocou que a candidatura, efetuada pela CIM Viseu Dão Lafões, para a reabilitação da Ecopista do Dão, após os incêndios de 15 e 16 de outubro, não pode avançar a empreitada atendendo que ainda não existe apoios. Informou que no dia 23, esteve presente na sessão pública, em que o senhor Primeiro Ministro anunciou um pacote de apoios à habitação. Disse, igualmente, que está em estudo uma solução para o programa “Reabilitar para arrendar”. Deu a conhecer que no próximo dia 26, haverá a abertura de uma exposição, denominada “Cartoon”, com a presença da senhora Secretária de Estado da Cidadania. -----

--- O senhor vereador Joaquim Santos disse que em Nandufe existe uma casa, pertença da União de Freguesias de Tondela e Nandufe, em que a Junta tinha sido notificada para proceder à sua demolição, atendendo que se encontra em ruínas. Deste modo, questionou se a mesma não poderia ser objeto de requalificação no programa “Reabilitar para arrendar” evitando a sua demolição. -----

--- O senhor presidente informou que o programa “Reabilitar para arrendar” será para habitações que estejam dentro da área delimitada pela ARU. -----

--- De seguida, o senhor vereador Joaquim Santos questionou o senhor presidente sobre o contrato interadministrativos deliberados na reunião extraordinária de 16 de abril, no âmbito da cedência às juntas de freguesia/uniões de freguesias das carrinhas. Frisou, que foram enviados às Juntas de freguesia /Uniões de Freguesias a 1ª versão do documento, tendo em reunião de câmara sido efetuados alterações. Logo, as juntas /uniões poderiam ter deliberado um documento que não estava correto. Pelo que, demonstrou que os procedimentos não foram os corretos, que só deveria ter sido enviado às juntas após deliberação camarária. -----



---- O senhor presidente disse que um contrato interadministrativos era um documento celebrado entre as duas partes: município e freguesia, e que nada na lei impunha um tempo cronológico que obrigasse que uma deliberação fosse antes da outra. Referiu que qualquer uma das autarquias tinha legitimidade para na sua reunião efetuar alterações, devendo a outra parte, caso tal se verificasse, fazer a devida ratificação. -----

---- O senhor vereador Joaquim Santos questionou o senhor presidente sobre a tomada de posição da Câmara, relativamente a um ofício enviado pela União de Freguesias de Tondela e Nandufe, relativamente à atribuição de nomes para várias ruas da freguesia. Alertando, que uma das propostas era a atribuição da designação da “rua Filarmónica Tondelense”, frisando a urgência da União de Freguesias atendendo que o dia do aniversário da Sociedade Filarmónica Tondelense, ocorrerá no próximo dia 20 de maio, esperando que este assunto seja objeto de análise da próxima reunião. -----

---- Frisou a falta de divulgação e de parceria que existiu na divulgação no evento das “Comemorações do 25 de Abril”, para com a União de Freguesias de Tondela e Nandufe, atendendo que não tinham sido convidados para fazer parte da conferência de imprensa. Lamentando tal sucedido, atendendo que tinham sido os primeiros a abordarem a ACERT, em outubro ou novembro de 2017, para a possibilidade da realização de um evento comemorativo do 25 de abril. Mas, reforçou que o importante era a comemoração do dia, visto que durante vários anos tal não aconteceu, inclusivamente não tinha sido nem hasteado a bandeira nos Paços do Concelho. -----

---- O senhor presidente respondeu que não foi informado pelos dirigentes da ACERT da intenção da União de Freguesias, aquando da reunião de elaboração do plano de financiamento para o ano de 2018. Soube unicamente, dois dias antes da conferência de imprensa que a União de Freguesias tinha abordado o assunto com a ACERT. Disse, que não foi responsável pela constituição da mesa da conferência de imprensa. -----

---- Acerca do ofício da toponímia das ruas de Tondela, informou que ainda não tinha tido ocasião de analisar e que iria constituir uma comissão para o efeito. -----

---- O senhor vereador Joaquim Santos, respondeu: a eventual comissão sugerida pelo senhor presidente, revela um desconhecimento a Lei e quais as competências das juntas de freguesia e das câmaras municipais nas questões de toponímia: A junta propõe e a câmara municipal aceita ou não! -----

--- Acerca das comemorações do 25 de Abril, disse que o importante era a celebração do dia, mas que alguém do executivo teve conhecimento da intenção da Junta e só por isso se associou, antecipando-se. Registou, igualmente, a iniciativa da União de Freguesias de Tondela e Nandufe, que em parceria com a Paróquia, efetuou a iluminação da fachada da Igreja Matriz, durante três dias na semana da Páscoa. -----

---- O senhor presidente disse que a iluminação efetuada à fachada da Igreja Matriz teve ligação a um contador do Município naquele local. -----

---- A senhora vereadora Eng^a Carla Antunes informou que tinha estado presente numa reunião com responsáveis da União de Freguesias de Tondela e Nandufe, junto à Igreja Matriz de Tondela para verificarem a possibilidade de ligação a um contador do Município e na qual foi feita uma avaliação técnica do funcionamento da iluminação exterior. -----

---O senhor vereador Joaquim Santos disse ainda que as juntas de freguesia ganhas pelo PS não podem ser discriminadas, como está a acontecer, em que o município mostra um comportamento diferente relativamente ao passado, sendo exemplos: a casa de Nandufe já se encontra em ruínas há muito tempo, mas só agora a câmara, através da Fiscalização, decidiu exigir a demolição e interditou a passagem do carro de recolha do lixo, mas continuam a passar funerais; logo, não se trata de uma questão de segurança, até porque a junta de freguesia já deitou abaixo partes da casa que ameaçavam cair para a via e não pretenderá demolir a casa sem avaliar a hipótese de reconstrução para fins sociais, como seja para servir, por exemplo, pessoas vítimas de maus tratos; quanto à igreja matriz, há muito tempo que se encontra sem iluminação e apenas porque a Junta de Freguesia agiu é que a câmara reagiu. Essa reunião foi realizada pós período da Páscoa, em que a junta de freguesia procedeu à iluminação da igreja; E disse ainda que não sabe se existe contador do município ou se é uma ligação como a do campo de futebol de Nandufe. -----

---- O senhor presidente pediu a introdução de um documento para deliberação. Atendendo que se trata do pagamento de prejuízos, do exercício do ano económico de 2016, à Tondelviva e tendo os senhores vereadores Joaquim Santos e Eng.º Júlio Rodrigues necessidade de analisar os documentos, foi decidido por unanimidade que o documento irá passar para análise, discussão e votação numa reunião extraordinária, a realizar no próximo dia 26, pelas 17H00. -----

4- Ratificação de protocolo celebrado entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, o Município de Carregal do Sal, o Município de Mangualde, o Município de Nelas, o Município de Oliveira de Frades, o Município de Santa Comba Dão, o Município de S. Pedro do Sul, o Município de Tondela e o Município de Vouzela

---- Foi presente o protocolo celebrado entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, o Município de Carregal do Sal, o Município de Mangualde, o Município de Nelas, o Município de Oliveira de Frades, o Município de Santa Comba Dão, o Município de S. Pedro do Sul, o Município de Tondela e o Município de Vouzela, no âmbito da distribuição da verba angariada no evento solidário, designado: "The Day After – Uma Noite Por Todos", que se anexa. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o protocolo. -----

- Divisão de Planeamento Geral, Planeamento e Urbanismo

5 - Despachos efetuados no uso das competências delegadas e subdelegadas das obras particulares

---- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos que recaíram sobre os processos de obras particulares, constantes da listagem que foi apresentada nos termos do art.º 34 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo rubricada por todos os presentes, ficando arquivada nos respetivos serviços. -----

- Divisão de Educação e Intervenção Social

6- Apoio ao senhor António Rodrigues Nunes

---- Foi presente de um despacho do senhor presidente, datado de dezoito de abril de 2018, que concedia um apoio no valor de 10 000€, ao senhor António Rodrigues Nunes, residente em Alvarim, para fazer face à recuperação e um barracão de apoio agrícola, destruído pelo incêndio de 15 e 16 de outubro de 2017, ao abrigo do exposto nas normas da conta solidária "Reabilitar Tondela".-----

---- Face ao parecer social e à disponibilidade de fundos para o mês de abril, a Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho.-----

- Divisão de Ambiente, Contratação e Gestão de Candidaturas

7-Isenção das taxas de ligação ao ramal de saneamento aos senhores Américo de Matos Henriques e Sandra Mariana Machado Henrique Silva

---- Foi presente um ofício da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo que solicita a isenção das taxas inerentes ao ramal de saneamento, por terem cedidos terreno para a colocação de emissários, aos Herdeiros de Acácio Henriques, sendo o senhor Américo de Matos Henriques e a senhora D^a Sandra Mariana Machado Henriques Silva, uns desses herdeiros.-----

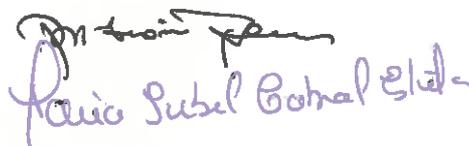
--- A Câmara deliberou por unanimidade isentar as taxas inerentes ao ramal de saneamento.-----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

--- De acordo com o preceituado no art.º 49 da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, a presente reunião foi pública.-----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas doze horas, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, numero 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por mim, Maria Isabel Cabral Estrela, que a subscrevi.-----


Maria Isabel Cabral Estrela